



RACIONALIDADES NO COOPERATIVISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Morgani Lang¹

Carlos Eduardo Ruschel Anes²

Dionéia Dalcin³

Resumo: O cooperativismo procura atender as necessidades de seus cooperados, dando apoio para a manutenção de seus empreendimentos em diversas áreas produtivas. Essa participação, mais especificamente nos processos organizacionais, acontece por meio de conselheiros de administração e fiscal, manifestando suas racionalidades nas atribuições em cada atividade ou decisão tomada. Tais racionalidades são refletidas na cooperativa, moldando sua identidade, bem como conduzindo e relacionando-se a diferentes interpretações de desenvolvimento. Desse modo, este estudo tem como objetivo relacionar as racionalidades de cooperados nos processos organizacionais de uma cooperativa, localizada na microrregião de Cerro Largo/RS, às diferentes interpretações de desenvolvimento. Como sustentação teórica aborda-se as racionalidades instrumental e substantiva, os processos organizacionais, e interpretações sobre desenvolvimento. Metodologicamente o estudo é fenomenológico, qualitativo e descritivo, para a coleta de dados foram utilizados o roteiro de entrevista semiestruturado, pesquisa documental e observação não participante. Já para a organização e tratamento dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo. Como resultado, foi possível identificar que ambas racionalidades se manifestam na participação dos cooperados nos processos organizacionais e, assim, ambas contribuem de alguma forma às diferentes interpretações de desenvolvimento. Contudo, a racionalidade predominante foi a substantiva, a qual tende a contribuir de forma mais intensa ao desenvolvimento social, sustentável, rural, territorial, local e regional, em relação à racionalidade instrumental, a qual está mais ligada ao desenvolvimento econômico. Sendo a racionalidade substantiva predominante na participação dos conselheiros, essa racionalidade é refletida da organização à microrregião onde ela está inserida, ou seja, contribui para entender o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Cooperativismo. Racionalidades. Processos organizacionais. Desenvolvimento regional.

¹ Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, Campus de Cerro Largo/RS. Email: morganilang@hotmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, Campus de Cerro Largo/RS. Email: carlos.anes@uffs.edu.br

³ Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, Campus de Cerro Largo/RS. Email: dioneia.dalcin@uffs.edu.br



1 Introdução

O cooperativismo é movido por indivíduos que, unidos, buscam alcançar seus ideais. É um movimento associativo, que emerge com maior intensidade durante a Modernidade, sendo considerado um fato social que está ancorado à economia, lutando por uma melhor qualidade de vida (FRANTZ, 2012).

As cooperativas são organizações autônomas resultantes da união das pessoas para satisfazer suas aspirações sociais, econômicas e culturais (SCHMIDT; PERIUS, 2003). Elas são divididas em sete ramos, para melhor atender as necessidades de seus cooperados, sendo eles: produção de bens e serviços, infraestrutura, consumo, transporte, saúde, agropecuário e crédito (OCB, 2019). O presente estudo é realizado com cooperados pertencentes a uma cooperativa do ramo agropecuário, setor que vem se transformando ao longo do tempo no Brasil.

Os cooperados, ao participarem nos processos organizacionais de sua cooperativa, agem com determinada racionalidade. Conforme Weber (2000), as racionalidades são os elementos que qualificam a ação social dos indivíduos. A partir de Serva (1996), é possível identificar que a racionalidade está relacionada à razão, uma vez que Guerreiro Ramos (1989) aborda que, no sentido antigo, a razão está ligada à psique humana, balizando o indivíduo a decidir entre o falso e o verdadeiro, o bem e o mal, orientando sua vida.

As racionalidades podem orientar a ação diante de diferentes perspectivas, sendo estas denominadas “Racionalidade Instrumental” e “Racionalidade Substantiva” (GUERREIRO RAMOS, 1989; SERVA, 1996; ANES, 2017). A racionalidade instrumental está ligada à lógica economicista de mercado, ao cálculo para maximização dos recursos, e a racionalidade substantiva é voltada ao pensamento humano, aos valores emancipatórios, à ética, sendo atributo natural do indivíduo (GUERREIRO RAMOS, 1989; SERVA, 1996; ANES, 2017).

As racionalidades são constituídas por elementos, os quais, em uma relação de associação, como neste caso de participação em cooperativas, também podem gerar certa tendência a diferentes tipologias de desenvolvimento. Para Bassan e Siedenberg (2008), o desenvolvimento resulta dos interesses das pessoas e Weber (2000), menciona que os interesses que movem uma relação associativa são dotados de racionalidade.

O presente estudo objetiva relacionar as racionalidades de cooperados nos processos organizacionais de uma cooperativa, localizada na microrregião de Cerro Largo/RS, às diferentes interpretações de desenvolvimento. A abordagem da pesquisa é fenomenológica, qualitativa e descritiva, com procedimentos técnicos que a caracterizaram como um estudo



de caso. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas e análises de documentos da cooperativa pesquisada.

Este trabalho está estruturado a partir desta introdução, de revisão teórica sobre as racionalidades instrumental e substantiva nos processos organizacionais, e interpretações acerca do conceito de desenvolvimento. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos e os resultados, com os cooperados e suas racionalidades nos processos organizacionais em uma cooperativa, e suas relações com o desenvolvimento. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo e as referências utilizadas.

2 Racionalidades: um olhar instrumental e substantivo nos processos organizacionais

No que se refere à racionalidade, a partir de Weber (2000), é possível constatar que ela pode estar relacionada à ação social⁴ do indivíduo, qualificando tal ação. Essa qualificação pode ser referente a fins, ou seja, por meio de expectativas como condições de se chegar a uma finalidade própria, como por exemplo, o sucesso. Bem como essa qualificação pode estar relacionada a valores, referente à crença consciente no valor, indiferentemente do resultado, como por exemplo, valores religiosos.

Guerreiro Ramos (1989) percebe a existência da racionalidade substantiva e da racionalidade instrumental. Este autor coloca a racionalidade substantiva como alternativa à racionalidade instrumental, esta última, que vem conduzindo a sociedade e as organizações. A sociedade centrada no mercado, que é regida por uma racionalidade instrumental, é descrita pelo autor, como um modelo que desfigura a vida humana como um todo. Guerreiro Ramos (1989), menciona que estudantes, das mais variadas ciências, ainda recebem ensinamentos muito lastreados nos ideais da sociedade centrada no mercado.

Os elementos do parágrafo anterior ajudam a entender a “nova ciência” proposta por Alberto Guerreiro Ramos. Siqueira (2014) menciona que Guerreiro Ramos, ao buscar desenvolver uma nova ciência, com menos centralização no mercado e mais foco no ser humano, criou a chamada “redução sociológica”, tendo como um dos quesitos a atitude parentética. O homem parentético, segundo Azevêdo (2006), está ligado a um novo humanismo, em que o indivíduo não se deixaria influenciar pelas organizações, as quais contribuem à socialização das pessoas, mas também podem opor-se a questões morais, como a liberdade. Assim, a atitude parentética contribuiria à emancipação humana (AZEVEDO, 2006).

⁴ “Ação social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, 2000, p. 03).



O homem parentético é ameaçado pelo ambiente organizacional, uma vez que esse ambiente pode contradizer valores e fundamentos racionais do próprio indivíduo (SIQUEIRA, 2014). O homem parentético é dotado de racionalidade substantiva, busca a autorrealização, autonomia e liberdade. Segundo Siqueira (2014), a partir do homem parentético, Guerreiro Ramos busca libertar o indivíduo das organizações econômicas e redesenhar a sociedade a partir da “nova ciência”.

Para a concepção da nova ciência, Guerreiro Ramos aborda a dicotomia da razão, de face utilitária e de face espiritual, ou seja, a racionalidade instrumental e a substantiva (AZEVEDO, 2006). Para isso, Guerreiro Ramos (1989) considera a razão como sendo essencial para a ciência da sociedade e das organizações, servindo para orientá-las no sentido social e pessoal.

Azevêdo (2006) menciona que a diferenciação que Weber realiza entre racionalidade formal e substantiva foi uma das bases para Guerreiro Ramos formar seu pensamento social. Para Weber, a racionalidade formal e instrumental (*Zweckrationalität*) está relacionada a uma expectativa com finalidade calculada e a racionalidade substantiva ou de valor (*Wertrationalität*) é uma ação humana que não está interessada nos resultados posteriores a tal ação, não está preocupada com o sucesso. Logo, a burocracia e a sociedade capitalista centrada no mercado possuem relação com a realidade formal e os valores intrínsecos do indivíduo com a realidade substantiva (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Ao que se refere à racionalidade formal e substantiva de Weber, Karl Mannheim fazia reflexões sobre tais racionalidades, porém, ao invés de chamar racionalidade formal e substantiva, as chamava de funcional e substantiva (AZEVEDO, 2006). Conforme Guerreiro Ramos (1989), a racionalidade funcional é vista por Mannheim como acontecimento ou fato que é reconhecido como forma de atingir um objetivo, também que pode acometer as qualificações éticas da vida humana. A racionalidade substantiva, para Mannheim, está ligada ao fundamento da ética e responsabilidade na vida humana, como um pensamento inteligente nas inter-relações que ocorrem em determinado fato (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Segundo Azevêdo (2006), Eric Voegelin chamou a racionalidade instrumental de racionalidade pragmática e a racionalidade substantiva de racionalidade noética e, a partir delas, examinava os problemas políticos e sociais. Voegelin possuía a percepção de que a sociedade se tornaria “boa” assim que a racionalidade noética exercesse influência sobre a vida humana. Assim como Weber e Mannheim, Voegelin também percebe que, na sociedade da época, prevalece a racionalidade instrumental ou pragmática (AZEVEDO, 2006).

A partir de Weber, Mannheim, Voegelin, a racionalidade instrumental, para Guerreiro Ramos (1989), é perceptível na teoria das organizações no momento em que há a introdução



do sistema de mercado na vida humana. Assim, a teoria da organização deixa de oferecer diretrizes para que os indivíduos possam participar de relações interpessoais que sejam auto gratificantes. As organizações formais, ou seja, que usam da racionalidade instrumental, são fundadas no cálculo e possuem seu sistema voltado à maximização dos recursos. Em contrapartida a essa racionalidade, Guerreiro Ramos (1989) aborda a racionalidade substantiva, para a qual o lugar adequado à razão é a psique humana, sendo esta considerada como orientadora da vida social e da ciência social geral, que tem como base o estudo sistemático de uma organização.

Para Guerreiro Ramos (1989), a racionalidade substantiva pode ser baseada na tarefa de desenvolver análise que elucide os componentes epistemológicos dos cenários organizacionais ou na tarefa de desenvolver uma análise organizacional que não distorça os padrões de linguagem e de conceitualização. No que concerne aos componentes epistemológicos na organização, os indivíduos criam as definições de realidade a partir da socialização (GUERREIRO RAMOS, 1989). Ao deparar-se com uma situação nova, o indivíduo interpreta esta conforme um vocabulário conceitual familiar à entidade, para que não esbarre em insegurança e incerteza. Assim, o autor menciona que a epistemologia nos sistemas sociais nem sempre recebe a devida importância. Todavia, ao participar de determinado grupo, há uma teoria e, se essa for alterada, também pode haver modificações na organização, no que se refere à auto interpretação, definição de metas, natureza das operações e transações com o mundo exterior.

Como destaca Serva (1996), Guerreiro Ramos reconhece que há a prevalência da razão instrumental nas organizações, por meio da sociedade centrada no mercado, que contribui para a insegurança psicológica, degradação da qualidade de vida e desperdício de recursos naturais, inclusive corrobora em uma teoria organizacional que não abrange os espaços sociais gratificantes às pessoas. Já a racionalidade substantiva é marcada pela ética como preponderante à vida social, em que o indivíduo busca a autorrealização e reconhece o direito que o outro tem de fazê-lo. Azevêdo (2006) relata que, a partir do homem parentético, Guerreiro Ramos defende que a razão é um elemento humano centrado no sujeito e, a partir da razão substantiva, localiza a ação transcendental humana, enquanto a racionalidade instrumental está ligada à capacidade inerente ao operacional.

A racionalidade é vista por Anes (2017, p. 56) como algo que “[...] qualifica o sentido da ação materializada nas relações sociais, ou seja, é o que explica o sentido que orienta a ação social”. Para o autor, esta pode remeter a diferentes perspectivas, sendo duas delas, a Racionalidade Instrumental e a Racionalidade Substantiva, opostas no significado. A primeira é relacionada a uma lógica econômica e a segunda a uma lógica humana. A lógica humana,



se submetida à instrumental, pode conduzir à despersonalização do indivíduo (GUERREIRO RAMOS, 1989; ANES, 2017).

Guerreiro Ramos (1989) relata que as organizações estão voltadas, predominantemente, à racionalidade instrumental, e, assim, propõe que a teoria das organizações seja substantiva, buscando a realização pessoal e libertando-se da dependência do mercado. Serva (1996) observa que diversos estudos são realizados no que se refere à racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos. Todavia, constata que os autores desses estudos, inclusive Guerreiro Ramos, não chegaram a demonstrar, empiricamente, como a racionalidade substantiva ocorre nos processos organizacionais, como por exemplo, em processos como no controle, na divisão do trabalho, na tomada de decisão, na comunicação, entre outros.

Assim, Serva realizou um estudo para análise da racionalidade em organizações, a partir dos processos organizacionais. Sugere que tais análises sejam realizadas em uma entidade considerada como isonômica, sendo que o autor menciona que Guerreiro Ramos entende que a racionalidade substantiva é predominante nas isonomias. A partir de Guerreiro Ramos (1989), é possível estabelecer relação entre as características das organizações isonômicas, como a igualdade entre os membros e a participação livre e auto gratificante, para com os ideais e princípios cooperativistas, o que se enquadra na presente pesquisa.

Em seu estudo, Serva (1996) classificou os dados obtidos por meio da observação participante, entrevistas e análises de documentos, de acordo com os processos organizacionais. São onze processos organizacionais, dos quais sete considerados essenciais e quatro complementares, interpretados a partir de Serva (1996). Os processos organizacionais são: [1] hierarquia e normas, modo que o poder é exercido, tipo de autoridade, estilo da estrutura hierárquica, cumprimento de normas e consequências à infração das mesmas; [2] valores e objetivos, valores predominantes na organização, objetivos e comunicação destes; [3] tomada de decisão, processos decisórios, pessoas que decidem, dimensões do processo decisório; [4] controle, formas e instrumentos de controle, pessoas responsáveis pelo controle; [5] divisão do trabalho, departamentalização, formas de divisão do trabalho, intensidade de especialização; [6] comunicação e relações interpessoais, estilo da comunicação, linguagem e expressões usadas, comunicação aberta ou “estratégica”, estilo de relação entre os membros do grupo; e [7] ação social e relações ambientais, ação da entidade no meio social que se encontra, relações com outras organizações da sociedade, relação entre valores e ação social concreta.

Os processos complementares abordam: [8] reflexão sobre a organização, análise e reflexão no que concerne à existência da entidade; [9] conflitos, natureza dos conflitos, como



são encarados, grau de tensão provocado; [10] satisfação individual, motivos de satisfação ou insatisfação, grau de satisfação por fazer parte da organização; [11] dimensão simbólica, símbolos da organização, relação do imaginário com as práticas cotidianas da organização. Assim, cada um dos processos organizacionais mencionados tem sua ação voltada à racionalidade substantiva ou à racionalidade instrumental.

2.1 Desenvolvimento: um recorte teórico

A ideia de desenvolvimento nem sempre está estritamente relacionada ao crescimento. Isso, pois, Bassan e Siedenberg (2008) mencionam que desenvolvimento está interligado à satisfação das necessidades das pessoas, melhor qualidade de vida e distribuição de renda, bem como à busca dos interesses da sociedade. Nessa mesma linha, o desenvolvimento pode estar relacionado à liberdade, pois, a partir dela, os indivíduos podem tomar suas escolhas, interagindo com o meio que os cerca e influenciando a sociedade (SEN, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a crise do socialismo e do capitalismo, os quais defendiam o desenvolvimento de formas distintas, houve o início dos questionamentos sobre o mesmo e passaram a surgir diferentes abordagens de desenvolvimento, sendo uma delas a abordagem regionalista (ROTTA, 2012). Essa perspectiva aborda a territorialização, a qual sustenta que as especificidades de cada espaço local é que definem as condições de desenvolvimento, conforme o detalhado por Rotta (2012). As condições econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais são provenientes dos espaços locais e interagem com dinâmicas globais.

O viés do desenvolvimento voltado ao território é considerado, por Moraes (2008), como um novo paradigma de desenvolvimento, uma vez que envolve comunidades locais que possuem uma estratégia de ação própria, inclinada a suas identidades e fortalecendo sua capacidade organizacional. O desenvolvimento territorial ocorre a partir das dinâmicas de cooperação entre seus agentes econômicos e sociopolíticos.

O desenvolvimento regional é fundamentado em fatores e modelos que resultam em práticas distintas (WITTMANN; DOTTO; BOFF, 2008). A tradição, arranjos organizacionais, cultura, liberdade, crenças, capital social e associativismo são considerados os fatores que, ao se relacionarem, poderão potencializar determinada região. Isso, pois, esses fatores geram práticas e relações sociais, os quais se associam a estruturas que permitem o desenvolvimento regional.

As transformações econômicas, sociais e políticas originadas de dentro para fora, ou seja, a partir de alterações endógenas, por sujeitos coletivos regionais, é que desencadeiam



o processo de desenvolvimento regional (BECKER, 2008). Este é, para Siedenberg (2006, p.71), “[...] um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem numa determinada região”. O autor complementa que a delimitação do recorte regional pode ser realizada em diferentes aspectos como geográficos, culturais, políticos, econômicos, etnográficos, físico-naturais, entre outros.

Uma vez que o desenvolvimento territorial está relacionado à perspectiva local-regional, Tenório (2007) relaciona território com desenvolvimento local. O desenvolvimento passa a ser visto pelo viés “local”, a partir da década de 1990, em que o desenvolvimento acontece a partir de características, vocações e apelo local (TENÓRIO, 2007). Silva (2013, p.21) caracteriza o desenvolvimento local como “[...] conjunto de atividades econômicas, sociais, culturais, e políticas que compartilham de um projeto de transformação da realidade local.”. O desenvolvimento local, para Buarque (1999), é um processo endógeno que ocorre em pequenos territórios ou agrupamentos humanos, promovendo, além de dinamismo econômico, a melhoria da qualidade de vida das pessoas daquela sociedade. Explora as capacidades e potencialidades específicas de cada localidade, resultando em mudança nas bases econômicas e na organização social em nível local.

Desse modo, Tenório (2007) relata que o desenvolvimento deixa de ser realizado a partir de um desenvolvimento centralizado, de cima para baixo e passa a ser estruturado pelos atores locais. O autor complementa que o desenvolvimento local não se fundamenta apenas em variáveis econômicas como salários, inflação, taxa de juros, entre outros. Baseia-se nas potencialidades de uma região geográfica, como recursos naturais existentes, vocação produtiva da comunidade e fatores socioculturais, podendo exemplificar costumes, religião, etnia, laços familiares, confiança entre agentes produtores e cooperação interfirmas.

Essa forma de desenvolvimento também pode ser observada como um processo em que pessoas e instituições buscam a transformação da sociedade e da economia local. Dessa forma, é realizada uma dedicação de lideranças e organizações de uma localidade que visam a mudança da forma de produção e realização dos serviços, para que proporcionem melhor qualidade de vida aos cidadãos, por meio da valorização dos recursos e atividades daquele lugar (JESUS, 2003). Ajala (2014) complementa que a organização da comunidade e da produção são importantes para atingir o desenvolvimento local. Isso, pois, em determinado território pessoas vivem e organizações produzem. As pessoas buscam melhor qualidade de vida, progresso social e econômico; as organizações pretendem rentabilizar sua produção. Dessa maneira, ambos perfazem o âmbito local.

A melhora da qualidade de vida da população também é buscada nos espaços rurais. Esta, ao ser resultante de mudanças ambientais e socioeconômicas, é reconhecida como



desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2004). Abramovay (2000) complementa que o desenvolvimento rural pode ser visto sob perspectiva territorial ou do capital social, sendo que, a partir das mesmas, é possível deixar de ver o meio rural como um resíduo do que se encontra no meio urbano. Segundo o autor, a dimensão territorial fundamenta-se na divisão geográfica em que instituições agem de forma cooperativa, a fim de fortalecer o tecido social de uma localidade. Já a dimensão do capital social relaciona-se com a união de indivíduos na busca de objetivos que, individualmente, teriam maior dificuldade de atingir.

Outra interpretação de desenvolvimento é o desenvolvimento social. Não só objetivando a questão do combate à pobreza, mas também as mais diversas iniquidades sociais, como de raça, de renda e de gênero, o desenvolvimento social está ligado à promoção da justiça social, em que o respeito pelas diferenças passa a vigorar, evitando a exclusão social. A articulação entre políticas sociais e econômicas, visando à redistribuição de renda, contribui à promoção do desenvolvimento social (LAMPREIA, 1995). Rezende (2013) complementa que há várias reflexões sobre o desenvolvimento social. A partir do autor, é possível identificar que essa forma de desenvolvimento está relacionada à distribuição de renda, ao bem-estar social, democratização, políticas redistributivas e processos geradores de emprego.

Para Lampreia (1995, p.18), no desenvolvimento social, “o social não pode subordinar-se ao econômico, mas que ambos devem estar estreitamente articulados entre si”. No que concerne ao desenvolvimento econômico, o mesmo está relacionado ao capitalismo profissional e ao capital do conhecimento; é visado como um fenômeno histórico de base capitalista, o qual teve início pela burguesia e pelo capital físico (BRESSER-PEREIRA, 2006). O desenvolvimento econômico contribui ao aumento do capital humano, constituindo melhores níveis de saúde, educação, bem como aperfeiçoando a mão-de-obra dos trabalhadores, aumentando também os níveis salariais. Esta forma de desenvolvimento pode estar relacionada à oferta, a partir do aumento da produção por meio do capital humano e do capital físico; ou relacionado à demanda, por meio do investimento, visando lucro, e do emprego resultante de tal investimento. Bresser-Pereira (2006) interpreta, ainda, que o desenvolvimento econômico é fruto da competição existente no sistema capitalista.

Para Montibeller-Filho (2001, p. 124), “o desenvolvimento sustentável é, para a economia ecológica, como uma resposta à crise ambiental gerada pelo paradigma economicista e excludente, atualmente dominante”. A economia ecológica é considerada por Souza (2000), uma abordagem que não avalia o ambiente monetariamente por ele ser intangível à vida das pessoas e perpassar várias gerações, e critica a economia de mercado



e a economia ambiental neoclássica, que prevê o custo-benefício nas ações de caráter ambiental.

Ao se reportar ao desenvolvimento sustentável, Montibeller-Filho (2001) percebe o mesmo como forma de desenvolvimento, voltada à capacidade de dar suporte às necessidades da sociedade, buscando produzir sem degradar e visando um consumo mínimo com finalidade de preservar o meio ambiente, para melhor qualidade de vida de gerações futuras. Contudo, segundo o autor, há fatores culturais que influenciam na adesão aos valores de menores padrões de consumo.

Assim, um fator que pode influenciar ao desenvolvimento é a cultura. Lago e Rotta (2017) destacam, porém, que para isso, devemos considerar a cultura como elemento que organiza a forma de viver das pessoas. Neste caso, a cultura não pode estar percebida estritamente como mercadoria vendável, que resulta em desenvolvimento, mas sim, como um conjunto de valores e crenças que determinam o modo de agir dos indivíduos. Para os autores, a cultura de uma sociedade é a cultura dos grupos dominantes da mesma, uma vez que, no momento em que há a tentativa de realizar alguma transformação da organização social, haverá resistência de tais grupos dominantes.

Ajala (2014) reitera que o estudo do desenvolvimento deve ocorrer em diversos campos, como economia, história, sociologia e outras ciências que percebem a construção social, a partir da cooperação e reciprocidade, as quais compõem o capital social. Para Putnam (2006), o capital social é um conjunto de características de uma organização social, em que há confiança, sistemas e normas que auxiliam a eficiência da sociedade. Assim, uma comunidade que possui um bom capital social, resultante da associação cívica e da reciprocidade, atingirá, com maior facilidade, a vivência da cooperação voluntária. Ajala (2014) complementa que um capital social elevado favorece um ambiente que envolve mais indivíduos em busca do desenvolvimento.

A existência de capital social em determinada região permite que ações colaborativas beneficiem toda sociedade (MORAES, 2008). Para o autor, o desenvolvimento local-regional está relacionado às relações cívicas de uma região, relações cívicas presentes em meio a associações, em que, para Putnam (2006), a participação em associações contribui para espírito de cooperação, senso de responsabilidade comum, bem como maior consciência política e confiança social.

Interpretando Max Weber, é possível identificar que, em uma organização cooperativa, existe uma relação associativa, sendo assim denominada “quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num *ajuste* ou numa *união* de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins)” (WEBER, 2000, p. 25). Observando que Bassan



e Siedenberg (2008) mencionam que o desenvolvimento é ligado aos objetivos da sociedade, ou seja, aos seus interesses, os quais, em relações associativas encontram-se racionalmente motivados (WEBER, 2000), é possível entender que as racionalidades influenciam na orientação do desenvolvimento.

O cooperativismo, resultante da relação associativa de cooperados que se unem para realização de seus objetivos, é fortalecido por meio da vivência dos princípios cooperativistas pelos cooperados. Estes indivíduos participam na entidade cooperativa, buscando a realização de seus objetivos e intenções, os quais são movidos por racionalidades, podendo ser mais inclinada a um viés economicista – racionalidade instrumental - ou da valorização e emancipação humana – racionalidade substantiva. A partir da racionalidade dos cooperados na participação cooperativista, é possível relacionar a racionalidade predominante às características das diferentes tipologias de desenvolvimento.

3 Metodologia da pesquisa

O recorte teórico-metodológico desta pesquisa é a abordagem fenomenológica, porque a intersubjetividade e as manifestações dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa são levados em consideração (TRIVIÑOS, 1987). Quanto ao objetivo geral, que é relacionar as racionalidades de cooperados nos processos organizacionais de uma cooperativa, localizada na microrregião de Cerro Largo/RS, às diferentes interpretações de desenvolvimento, o estudo pode ser classificado como de natureza qualitativa, uma vez que seu principal intuito é “compreender e aprofundar os fenômenos, que são explorados a partir da perspectiva dos participantes em um ambiente natural em relação ao contexto” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 376). Quanto ao objetivo, a pesquisa é considerada como descritiva, pois busca descrever os atributos de uma população, podendo também identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2016). No que concerne a esse tipo de pesquisa, Gil (2016, p.28) complementa que “são incluídas nesse grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população”.

O universo da pesquisa constituiu-se em 1.399 (um mil, trezentos e noventa e nove) cooperados de uma cooperativa, localizada na microrregião de Cerro Largo/RS. Como estratégia para obtenção dos dados, optou-se por realizar uma amostragem não probabilística e intencional, chegando a 14 (catorze) cooperados, os quais são membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da cooperativa, sendo 8 (oito) deles do primeiro conselho mencionado e 6 (seis) do segundo, abrangendo, assim, a totalidade dos membros constituintes dos conselhos da cooperativa. Tais cooperados foram escolhidos para participar da pesquisa, pelo fato de satisfazerem o critério de ser cooperado, representar os demais



cooperados e também por terem conhecimento e participarem de diversos processos organizacionais. Como instrumento para a coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa documental e um roteiro de entrevista semiestruturada, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 34021420.4.0000.5564).

Após a coleta dos dados, foi realizada a tabulação em *Libre Office* utilizando os recursos do *Writer* e *Calc*, e a análise dos dados foi concretizada através da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que estabeleceu categorias e subcategorias para orientação. As categorias e subcategorias se constituíram em racionalidades (instrumental e substantiva), e processos organizacionais (essenciais e complementares).

4 Os cooperados e suas racionalidades nos processos organizacionais em uma cooperativa

As ações sociais dos indivíduos podem ser orientadas por racionalidades (WEBER, 2000). Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo brasileiro, estudou as racionalidades e menciona que a racionalidade pode ser substantiva, ou seja, voltada à emancipação e valorização do ser humano, ou, pode ser instrumental, a qual conduz a sociedade centrada no mercado (GUERREIRO RAMOS, 1989). Para este autor, a racionalidade instrumental, cada vez mais, rege a sociedade e organizações, bem como desfigura a vida humana. Anes (2017) complementa que a racionalidade substantiva está voltada à lógica humana e, a instrumental à lógica economicista.

Alberto Guerreiro Ramos, ao observar que através da modernidade estava ocorrendo a despersonalização do indivíduo, já que a ciência cada vez mais focava na sociedade centrada no mercado, propôs-se a desenvolver uma nova ciência, voltada ao ser humano, conforme menciona Siqueira (2014), e que buscasse a emancipação humana por meio da racionalidade substantiva (AZEVEDO, 2006).

Diversos estudos são realizados no que concerne às racionalidades de Guerreiro Ramos. Todavia Serva (1996) constatou que nenhum deles analisou, empiricamente, como as racionalidades se manifestam nos processos organizacionais. Assim, Serva (1996) analisou como as racionalidades se manifestam nas entidades, por meio dos processos organizacionais.

Obtendo dados por meio de entrevistas, observação participante e análise de documentos, Serva (1996), classificou-os de acordo com onze processos organizacionais. Sendo que destes onze processos, sete classificou como essenciais e quatro como complementares, conforme o elencado no Quadro 1.

Quadro 1 - Processos organizacionais essenciais e complementares

	Processo Organizacional	Descrição
Processos essenciais	Hierarquia e normas	Modo que o poder é exercido, tipo de autoridade, estilo da estrutura hierárquica, cumprimento de normas e consequências à infração das mesmas.
	Valores e objetivos	Valores predominantes na organização, objetivos e comunicação destes.
	Tomada de decisão	Processos decisórios, pessoas que decidem, dimensões do processo decisório.
	Controle	Formas e instrumentos de controle, pessoas responsáveis pelo controle.
	Divisão do trabalho	Departamentalização, formas de divisão do trabalho, intensidade de especialização.
	Comunicação e Relações interpessoais	Estilo da comunicação, linguagem e expressões usadas, comunicação aberta ou “estratégica”, estilo de relação entre os membros do grupo.
	Ação social e Relações ambientais	Ação da entidade no meio social que se encontra, relações com outras organizações da sociedade, relação entre valores e ação social concreta.
Processos complementares	Reflexão sobre a organização	Análise e reflexão no que concerne à existência da entidade.
	Conflitos	Natureza dos conflitos, como são encarados, grau de tensão provocado.
	Satisfação individual	Motivos de satisfação ou insatisfação, grau de satisfação por fazer parte da organização.
	Dimensão simbólica	Símbolos da organização, relação do imaginário com as práticas cotidianas da organização.

Fonte: Adaptado de Serva (1996)

Tanto a racionalidade substantiva, como a instrumental são constituídas por elementos que qualificam cada uma dessas racionalidades como sendo substantiva ou instrumental. Os elementos que definem uma racionalidade como substantiva ou instrumental, bem como suas características, são listados no quadro a seguir.

Quadro 2 - Elementos constitutivos das racionalidades

RACIONALIDADE	ELEMENTOS DA RACIONALIDADE	DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS DA RACIONALIDADE
Substantiva	Autorrealização	Satisfação, realização do potencial do próprio indivíduo.
	Entendimento	Processo que estabelece acordo racional, por meio da comunicação, que coordena processos comuns.
	Julgamento ético	Debates racionais baseados em juízos de valor (bom, mau, certo, errado, etc.).
	Autenticidade	Franqueza, honestidade nas interações.
	Valores emancipatórios	Valores de aperfeiçoamento do social, voltado ao bem-estar coletivo, liberdade, comprometimento, respeito à individualidade e solidariedade.

RACIONALIDADE	ELEMENTOS DA RACIONALIDADE	DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS DA RACIONALIDADE
	Autonomia	Liberdade do indivíduo para agir e se expressar.
Instrumental	Cálculo	Previsão utilitarista das conseqüências dos atos dos indivíduos.
	Fins	Aumento de poder, metas econômicas, políticas ou técnicas.
	Maximização dos recursos	Objetivo de eficiência e eficácia máxima no tratamento dos recursos humanos, materiais, financeiros, de tempo ou energéticos, não considerando valores éticos.
	Êxito, resultados	Conquista de níveis e padrões considerados vitoriosos na competição da sociedade capitalista.
	Desempenho	Resultado individual na realização de atividades.
	Utilidade	Dimensão econômica tida como um valor e fundamental nas interações.
	Rentabilidade	Retorno econômico dos resultados esperados.
	Estratégia interpessoal	Atingir o ponto fraco da outra pessoa, por meio da influência planejada sobre o outro.

Fonte: Adaptado de Serva (1996; 1997)

Possuindo a ciência dos processos organizacionais e elementos que podem manifestar-se em tais processos, demonstrando alguma racionalidade, é possível realizar a análise da racionalidade manifestada em cada processo organizacional. Dessa forma, por meio de um roteiro de entrevistas com perguntas relacionadas ao funcionamento de cada processo e maneira de participação do indivíduo no mesmo, é que se identificou a manifestação predominante da racionalidade de cooperados de uma organização do ramo agropecuário localizada na microrregião de Cerro Largo/RS.

A amostra do estudo foi não probabilística, na qual “[...] a escolha dos elementos depende de razões relacionadas com as características da pesquisa” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 405). É considerada amostra não probabilística intencional, pelo fato de representar toda a população (GIL, 2016) e por julgamento, pois seleciona membros para atender alguns critérios da pesquisa (COOPER, 2003), como neste caso, que satisfaçam o critério de ser cooperados e participarem de processos organizacionais. A amostra não probabilística desse estudo é composta pelos catorze cooperados que são integrantes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Estes representam todo o quadro social.

Em cada resposta proferida, por cada cooperado, ao respectivo processo organizacional, foi possível elencar os elementos que caracterizam uma racionalidade como substantiva e instrumental. Logo, ao analisar todas as respostas referentes a um processo

organizacional, foi possível elencar quantas manifestações houve de racionalidade substantiva e instrumental, definindo o processo como substantivo ou instrumental, conforme a maioria dos elementos que foram manifestados naquele processo. Tal análise, resultou no Quadro 3.

Quadro 3 - Resultado de racionalidade por processo organizacional

	PROCESSO ORGANIZACIONAL	RESULTADOS	
		Número de entrevistados em que predominou a Racionalidade Substantiva	Número de entrevistados em que predominou a Racionalidade Instrumental
PROCESSOS ESSENCIAIS	Hierarquia e normas	14	00
	Valores e objetivos	11	03
	Tomada de decisão	13	01
	Controle	09	05
	Divisão do trabalho	14	00
	Comunicação e Relações interpessoais	14	00
	Ação social e Relações ambientais	13	01
PROCESSOS COMPLEMENTARES	Reflexão sobre a organização	08	06
	Conflitos	14	00
	Satisfação individual	11	03
	Dimensão simbólica	09	05

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Por meio do Quadro 3, percebe-se que a racionalidade substantiva é predominante na maioria dos processos essenciais, bem como na maioria dos processos organizacionais, o que caracteriza a organização como substantiva (SERVA, 1996). A racionalidade instrumental também se mostrou em diversos processos, contudo fora manifestada com menor frequência. Serva (1996) destaca que nos atos dos indivíduos e nas organizações há a racionalidade substantiva e a instrumental, e por este motivo é interessante que a racionalidade seja mapeada.

4.1 Desenvolvimento: reflexo das racionalidades dos indivíduos

O desenvolvimento é considerado a obtenção de uma situação que possibilite a potenciação do indivíduo, em que ele, possua autoconfiança coletiva a fim de inventar e movimentar recursos (BOISIER, 2006). Ele intenta também buscar uma melhor qualidade de vida, melhores condições de vida e distribuição de renda (BASSAN; SIEDENBERG, 2008). Também possui relação com a liberdade, uma vez que, a partir dela, cada pessoa realiza suas escolhas, interagindo e influenciando a sociedade (SEN, 2010).



Há diversas perspectivas de desenvolvimento. A partir disso, buscou-se relacionar estas às racionalidades externadas pelos cooperados conselheiros de administração e fiscais.

Ao entrevistar os conselheiros, estes foram questionados a respeito de ações sociais e ambientais. Foi perceptível a existência de ambas racionalidades nas respostas dos referidos assuntos. Todavia, por a racionalidade substantiva se sobressair nas respostas dos mesmos, esta tende a se aproximar e, de certa forma, contribuir ao desenvolvimento social e sustentável.

O desenvolvimento social está ligado à equidade social, com busca de igualdade de raça e gênero, bem como justiça ao acesso de bens coletivos (LAMPREIA, 1995). Assim, ao conselheiro 06 mencionar que a cooperativa auxiliou hospitais e sindicatos, é refletida uma racionalidade substantiva, a qual prevê o bem-estar coletivo, o que também está relacionado ao desenvolvimento social. O relato do conselheiro 03 também está voltado ao bem-estar coletivo, no momento em que se refere ao plantio de árvores, diminuição de ruídos de máquinas, o que está ligado ao desenvolvimento sustentável, o qual Montibeller-Filho (2001) relata como sendo uma forma de desenvolvimento que busca atender as necessidades das pessoas, preocupando-se com o meio ambiente e com as gerações futuras.

A racionalidade instrumental fora manifestada quando o conselheiro 03 relata:

“A gente tem que ter uma relação, uma questão recíproca. Todo negócio ele tem que ter uma retribuição [...] você tem que saber que a cooperativa, ela vai te ajudar na produção, no aumento da produção, e com isso você tem que ter o dever de colaborar com a cooperativa.”

Tal racionalidade está diretamente ligada ao pensamento economicista, ou seja, ao desenvolvimento econômico. Bresser-Pereira (2006) descreve que este é um processo de acumulação de capital e progresso técnico, aumentando a produtividade e a renda das pessoas, seus salários e consumo.

O desenvolvimento territorial ocorre a partir da relação entre atores locais, econômicos e institucionais de determinada área (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008). Neste caso, pode estar ligado à racionalidade substantiva, por esta ser predominante nas falas dos conselheiros, os quais são os atores locais e estão envolvidos no processo de desenvolvimento territorial.

O desenvolvimento rural, que consiste em mudanças socioeconômicas e resulta em melhor qualidade de vida no meio rural (SCHNEIDER, 2004); o desenvolvimento local gerado a partir de atores locais e das potencialidades de uma região geográfica (TENÓRIO, 2007); e o desenvolvimento regional, ligado às mudanças econômicas e sociais de uma região (SIEDENBERG, 2006), são formas de desenvolvimento que podem ser relacionados tanto à racionalidade substantiva, como à racionalidade instrumental.



No que concerne ao desenvolvimento rural, no relato do conselheiro 01 de que a atenção deve ser dada ao cooperado no momento que está passando dificuldade com o cultivo de sua produção, está ligado à racionalidade substantiva. A racionalidade instrumental está presente quando o mesmo conselheiro relata que é importante ter cuidado para não endividar a cooperativa em um ano que a produção não é muito boa.

Representar e levar o nome da cooperativa com honra foi o mencionado pelo conselheiro 03, o que está ligado à racionalidade substantiva no desenvolvimento local. A racionalidade instrumental, relacionada ao desenvolvimento local, existe na fala do conselheiro 06 ao valorizar os produtos e buscar melhores resultados.

Olhando só o preço da soja... se nós vamos pro outro lado do rio, é R\$ 2,00, R\$ 3,00 a menos por saco. Então a cooperativa, ela abre caminhos hoje já. E por isso ela é motivo de orgulho pra nós e... e ela nos ajuda nesse sentido. [...] Se hoje nós queremos fazer a recuperação de solo, com essa agricultura de precisão isso tudo é muito fácil e muito correto e isso traz resultados muito amplos pra nós. (Conselheiro 06)

O desenvolvimento regional transparece de forma substantiva, na fala do conselheiro 02, este que cita ser importante sempre observar o que é benéfico para todos e não para uma pessoa só. Da mesma forma, há manifestação instrumentalista, pelo conselheiro 11, que menciona a importância da assistência técnica e bons valores dos insumos fornecidos pela sua cooperativa.

O desenvolvimento regional é fundamentado em fatores e modelos que resultam em práticas distintas (WITTMANN; DOTTO; BOFF, 2008). A tradição, arranjos organizacionais, cultura, liberdade, crenças, capital social e associativismo são considerados os fatores que, ao se relacionarem, poderão potencializar determinada região. Isso, pois, esses fatores geram práticas e relações sociais, os quais se associam a estruturas que permitem o desenvolvimento regional.

A racionalidade substantiva sobressaiu-se em relação à instrumental. Dessa forma, buscou-se relacionar essa racionalidade predominante e os traços da racionalidade instrumental para com as diferentes perspectivas de desenvolvimento. Logo, é perceptível que a racionalidade instrumental possui maior vínculo com o desenvolvimento econômico, relacionando-se também ao desenvolvimento rural, territorial, local e regional. Todavia, sendo as manifestações substantivas predominantes, esta tende a contribuir ao desenvolvimento rural, local, regional, sustentável e social.

5 Considerações finais

O objetivo deste estudo foi relacionar as racionalidades de cooperados nos processos organizacionais de uma cooperativa, localizada na microrregião de Cerro Largo/RS, às



diferentes interpretações de desenvolvimento. Nesse sentido, procurou-se estabelecer uma discussão teórica inserindo o cooperativismo que, por meio dos seus princípios e ideais, procura atender as necessidades de seus cooperados e região. Todavia, também busca manter-se ativo diante do mercado competitivo. As ações dos cooperados, neste caso, representado pelos Conselheiros de Administração e Fiscal, são dotadas de racionalidades, as quais são refletidas na organização e delineiam a identidade da mesma.

A presença da racionalidade substantiva e da instrumental foi perceptível na fala dos cooperados. A manifestação da racionalidade substantiva foi predominante na maioria dos processos organizacionais analisados. Contudo, a racionalidade instrumental, mesmo não sendo a prevalente, foi manifestada.

Bassan e Siedenberg (2008) relatam que o desenvolvimento resulta dos interesses da sociedade, ou seja, dos interesses dos indivíduos. Weber (2000) menciona que, em uma relação associativa, a qual pode ser relacionada ao cooperativismo, os interesses são movidos por racionalidades. Logo, a racionalidade predominante, ou seja, a substantiva tende a estar mais próxima da propulsão de formas de desenvolvimento como sustentável, social, rural, territorial, local e regional. O pensamento instrumentalista, mesmo manifestando-se com menor frequência, existe e possui sua importância. Isso, pois, além de estar ligado ao desenvolvimento econômico, também pode contribuir ao desenvolvimento territorial, local e regional.

Assim, a partir da ação dos cooperados, a qual é movida por racionalidades, é que a entidade cooperativa a que pertencem possui sua identidade definida, sendo uma instituição participante do processo de desenvolvimento da microrregião na qual está inserida. Logo, as racionalidades manifestadas pelos atores locais, ou seja, os conselheiros cooperados, é que refletirão no desenvolvimento regional.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. São Paulo, v. 4, n° 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- AJALA, R. S. **Diretrizes do cooperativismo como estratégia de desenvolvimento local: o caso Cooperoque**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações, Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2014.
- ANES, C. E. R. **Pensamento instrumental e substantivo da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões – RS**. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.



- AZEVEDO, A. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. 2006. 354 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Rio de Janeiro: Ed.70,1977. 225 p.
- BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, D. F., WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 137-156.
- BECKER, D. F. A. A economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, D. F., WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 37-66.
- BOISIER, S. Desenvolvimento. In: Siedenberg, D. R. (Org.) **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 69.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para Discussão. São Paulo: EESP/FGV 157. 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/texto-discuss%C3%A3o/06.12-Conceito-hist%C3%B3rico-DesenvEconomico-TD157.pdf>> Acesso em: 22 dez. 2019.
- COOPER, D. R. **Métodos de pesquisa em administração**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. **Desenvolvimento territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. 198 p.
- FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 162 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. Tradução de Mary Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989. 210 p.
- JESUS, P. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.72-75.
- LAGO, I. C.; ROTTA, E. Sobre a relação entre cultura e desenvolvimento: alguns apontamentos em defesa do conceito antropológico de cultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8., 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/12517>> Acesso em: 22 dez. 2019.
- LAMPREIA, L. F. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 9, n. 24, p. 9-74, mai./ago. 1995.
- MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001. p. 111 – 138.
- MORAES, J. L. A. Capital Social: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local-regional. In: BECKER, D. F., WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 263-284.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Resolução nº 056, de 2019**. Regulamenta a reorganização e nova classificação dos ramos do Cooperativismo. Brasília: 2019.



PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 260 p.

REZENDE, M. J. **As noções de desenvolvimento social como base para a abordagem do desenvolvimento humano presente no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990**. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 34, n.1, p. 91-122, jul. 2013.

ROTTA, E. *Desenvolvimento regional e políticas sociais: um estudo do noroeste do Rio Grande do Sul na primeira década do século XXI*. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 74-91, jan./jul. 2012. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/download/8918/8051> Acesso em: 04 set. 2019.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHMIDT, D; PERIUS, V. *Cooperativismo – cooperativa*. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.63–71.

SCHNEIDER, S. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas*. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SERVA, M. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. 633 p. Tese. (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação da EAESP/FGV, São Paulo, 1996.

SIEDENBERG, D. R. *Desenvolvimento regional*. In: Siedenberg, D. R. (Org.) **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 71-73.

SIQUEIRA, G. *Epistemologia da Razão Substantiva de Guerreiro Ramos*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 4., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Ord, 2014. Disponível em: < <https://redeord.org/2014-2/> > Acesso em: 13 ago. 2019.

SILVA, T. M. **Cooperativismo, capital social e desenvolvimento local: o caso da Coaprocor de Corumbataí do Sul e região**. 2013. 133 f. Dissertação. (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

SISTEMA OCB. **Anuário do cooperativismo brasileiro 2019**. Brasília, DF, 2019. Disponível em < <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019> >. Acesso em: 23 fev. 2020.

SOUZA, R. S. *Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente*. Santa Cruz Do Sul: Edunisc, 2000. p. 142-174.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. 632 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987. p. 30-75.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 464 p.

WITTMANN, M. L. DOTTO, D. R. V.; BOFF, V. A. *Desenvolvimento regional: análise dos processos organizacionais de desenvolvimento integrado*. In: BECKER, D. F., WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 319-340.